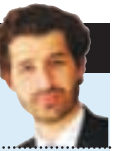
Martim Bouza Serrano

Advogado principal do departamento de TMT
CCA ONTIER



A amante do Presidente: os políticos e a sua privacidade

Foi com alguma indiferença que os franceses assistiram à substituição da então hospitalizada e ainda Primeira Dama Valérie Trierweiler pela atriz Julie Gayet, após a revista Closer a ter apontado como amante do Presidente Francois Holland.

O acontecimento, que foi primeira página de todas as revistas cor-de-rosa internacionais, que se disseminou na internet e ocupou espaço em tantos órgãos de comunicação social, foi ignorado pelos franceses, que sempre toleraram as infidelidades dos presidentes do Palácio do Eliseu.

Para além disso, e porque, em francês, "privado" é um conceito abrangente ao qual a lei atribui proteção absoluta, o tratamento destes temas na comunicação social é olhado com desdém e o seu aproveitamento político considerado inaceitável.

É inegável que os políticos também têm direito à sua privacidade. No entanto, a postura francesa de simplesmente ignorar o elefante na sala, afasta a possibilidade de discutir qualquer tema que integre o núcleo do privado, mesmo quando levanta questões de interesse público.

Recorde-se que o caso extraconjugal que se arrastou durante anos entre François Mitterrand e Anne Pingeot, de quem inclusivamente teve uma filha, foi sempre protegido pela imprensa francesa que se recusou publicar a história, pese embora fosse legítimo questionar a utilização feita pelo então Presidente dos dinheiros públicos, para suportar a família presidência "não oficial".

Esta radicalização da privacidade de quem exerce cargos públicos parece esquecer que são os próprios políticos que, em mangas de camisa, abrem a porta das suas casas à comunicação social, mostram os seus filhos, contam como conheceram a sua mulher e apresentam o cão enquanto falam das suas rotinas e paixões desportivas.

É, por isso, pertinente questionar a legitimidade com que a bandeira da privacidade é hasteada e a porta de casa fechada, assim que a harmonia demonstrada nos tempos da troca de votos é abalada, por exemplo, por rumores de infidelidade conjugal.

A esfera da privacidade dos políticos tem sempre como contrapeso o interesse que a divulgação de determinado facto pode ter, nomeadamente para o debate de um assunto com interesse público.

Ainda assim, e embora a esfera do núcleo privado daqueles que exercem cargos públicos tenha vindo gradualmente a encolher, o Tribunal Europeu dos Direitos do Homem deixou claro, no passado dia 14 de janeiro, ao pronunciar-se sobre a biografia da ex-namorada do então presidente da Finlândia, que, em relação a pormenores e detalhes, as portas do quarto do casal devem permanecer interditas aos olhares da opinião pública.

O coletivo em Estrasburgo aproveitou, no entanto, para relembrar que, enquanto figuras que ocupam cargos para os quais foram eleitos, os políticos estão obrigados a tolerar um maior grau de escrutínio por parte da opinião pública, mesmo em relação a factos de natureza tendencialmente privada, sempre que a sua divulgação permita avaliar o seu caráter, a sua moralidade, levante dúvidas sobre a sua idoneidade, ou sobre as suas capacidades para exercer o cargo para o qual foram eleitos ou a que se propõem concorrer.

Embora o caso Gayet não tenha tido gravidade suficiente para questionar a continuidade de Francois Holland no cargo, alguma coisa aparenta revelar sobre quem, durante a campanha eleitoral, se arrogou ser "Monsieur Normal".

> É inegável que os políticos também têm direito à sua privacidade